

## Homens quilombolas e negros: narrativas do Eu no mundo acadêmico<sup>1</sup>

Alan Augusto Moraes Ribeiro<sup>2</sup>

É crescente a produção no Brasil de debates públicos e estudos acadêmicos sobre homens e masculinidades negras, seja como um tema central, seja como um elemento transversal. Em uma revisão a respeito dos trabalhos sobre o tema, estipulamos que parte considerável desta produção estaria orientada por duas abordagens centrais. A primeira gira em torno de um status sociológico da subordinação, cujo elemento central destaca a marginalização política, a discriminação racial e estereótipos sexuais, bem como a exclusão econômica vivida por homens negros. A segunda envolve um status sociológico do privilégio, que apresenta “o homem negro e sua masculinidade” como a vivência corporal de privilégios e de benefícios patriarcais, lucros sexistas e, até mesmo, como um agente principal da violência doméstica e do violência urbana (Ribeiro; Faustino, 2017).

Embora esta crescente produção mobilize críticas a um senso-comum que concebe masculinidades e homens negros de maneira monolítica, homogênea e literal, parte desse debate público e dos estudos acadêmicos apresenta-se sob a forma de narrativas mais autorreflexivas e especulativas e menos como estudos a partir de bases empíricas. Esse contexto nos traz uma necessidade de elaborarmos estudos que discutam práticas sociais concretas de homens negros a partir de uma perspectiva de compreensão que tensione uma certa modalidade interpretativa que toma a consequência pela causa, a ontologia pelo discurso, bem como a ação socialmente complexa pela aparição colonialmente impressa (Ribeiro; Faustino, 2017, p. 167). Ao estudar a diversidade de experiências sócio-políticas de homens negros, devemos discutir criticamente a relação entre as noções de coletivo e individual, atentar para as armadilhas retóricas da ideia de “experiência individual”, e rediscutir a noção “homens negros” como uma categoria a *posteriori* e não como uma *entidade apriorística*. Precisamos de pesquisas que consigam fazer uma articulação teórica entre raça, gênero e política sempre a partir de dados empíricos para pensar realidades concretas vividas por homens negros (West, 1994; Jackson; Dangerfield, 2004; hooks, 2004; Ikard, 2002).

Por sua vez, discussões que articulam gênero e outras diferentes categorias como raça, classe e sexualidade devem estimar que o saber a respeito da diferença sexual envolve significados variáveis e contraditórios, bem como processos políticos complexos através dos quais tais significados são criados (Scott, 1994: 25). Tal articulação talvez nos

1 Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

2 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

auxilie a qualificar o debate crescente sobre o tema das masculinidades negras, disputando, por sua vez, contra os significados públicos depreciativos sob os quais homens negros são nomeados e inscritos identitariamente.

Há uma disputa político-semântica em curso no debate crescente sobre homens e masculinidades negras. De um lado, homens negros intelectuais, artistas, políticos, ativistas, estudantes, etc, reivindicam a possibilidade de inscrever novas narrativas positivas sobre o Eu – para usar uma ideia de Stuart Hall (2005: 13) – e descrever as “próprias experiências”, escrever sobre o próprio vivido. De outro lado, estereótipos e estigmas ainda são exitosos ao atuar na interpretação das masculinidades negras como instâncias marcadas por comportamentos “raivosos”, virulência social, truculência emocional, ingenuidade e inabilidade política, insensibilidade espiritual e insensibilidade relacional, hipersexualização, pobreza moral e auto-marginalização econômica (Conrado; Ribeiro, 2017).

Diante deste cenário, pesquisar sobre o tema *homens e masculinidades negras*, portanto, obrigado-nos a teorizar velhos problemas de maneira que seja possível participar do debate público sobre homens negros criticamente, driblando dicotomias e binarismos que ainda são persistentes quando raça e gênero são articulados (West, 1993; Gray, 1995; Gates JR., 2001). Mesmo que seja tarefa difícil, precisamos ultrapassar esses binarismos de modo a identificar complexidades sociais vividas por diferentes homens negros a partir de uma “(...) percepção multiposicional do ethos masculino negro” (Ikard, 200: 302), concebendo-os como sujeitos socialmente heterogêneos, culturalmente polimorfos e politicamente conflitivos (Awkward, 2001; Laymon, 2013).

Uma análise sobre como jovens homens negros não urbanos passam a viver experiências de racialização em instituições educacionais urbanas a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2019 em Santarém, Oeste do Pará<sup>3</sup> com jovens homens quilombolas estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará é parte do exercício de reflexão sobre dispositivos de diferenciação acionados para a “confecção” de identidades raciais no *ethos* urbano. Como esses “dispositivos” interatuam nas narrativas do Eu feitas por esse sujeitos a partir da vida universitária? Qual é o *Eu masculino* de jovens homens negros quilombolas, estudantes universitários, fora dos territórios de origem? Quais os impactos da sociabilidade na universidade sobre a identificação de raça e gênero dos jovens homens negros quilombolas? Um dos pontos de tensão entre os entrevistados reside nas dificuldades de execução de tarefas e atividades pedagógicas acadêmicas e científicas, vistas como parte das “exigências”

<sup>3</sup> Masculinidades, Raça e Classe: trajetórias sociais e desempenho acadêmico de estudantes quilombolas. Santarém, Relatório de Pesquisa, Vol. 1, 2017-2019 (Proppit-UFOPA).

necessárias para que um negro quilombola que está na universidade possa “merecer” estar e obter “respeito” dos demais colegas.

As dificuldades de adaptação envolvem valores e ideias ora explícitas, ora latentes sobre o lugar do trabalho intelectual como atividade legítima entre homens negros de diferentes origens. Tais valores e ideias ainda inscrevem, subrepticiamente, uma imagem espúria de homem negro brutalizado como expressão negativa de uma disputa entre um anti-intelectualismo (“para que universidade, né?”) e uma valorização da educação como prática de autonomia política (“é aqui que a gente vai conseguir objetivos pro nosso povo”). Esta disputa faz parte dos conflitos individuais vividos pelos entrevistados, para os quais a universidade passa a se constituir como um vetor ambivalente de autovalorização e de percepção de si como um sujeito racializado e masculinizado.

### **Jovens quilombolas negros na universidade: relatos ambivalentes**

Os relatos dos entrevistados envolvem a vivência ambivalente de sofrimentos, discriminações e possibilidades de mudança em razão da presença na universidade. Homens negros não urbano narram experiências de discriminação e sofrimento racial de maneiras similares aos narrados por homens negros urbanos? Como um estudante homem negro e quilombola, por exemplo, relata sua experiência de racialização, de masculinização, de migração para o espaço urbano e de percepção das vivências sociorraciais na universidade? Homens negros quilombolas em espaços urbanos descrevem as possibilidades de mudança sócio-econômica na universidade? Articulado narrativas do Eu a partir de uma noção de projeto individual (Velho, 2004), que podem ser localizadas em afirmações como: “sonho de trabalhar na cidade”, “missão de vida com uma profissão”, “interesse da pessoa própria e de sua família” em oposição às “cobranças das lideranças”, “pessoas querendo mandar na minha vida” e “pessoal da comunidade que quer mandar no que eu faço”, os entrevistados tentam conciliar a “obrigação de ajudar a família” como parte da “política pra comunidade”, ao mesmo tempo em que se recusam a adotar uma sujeição as demandas coletivas das comunidades de origem. Ademais, a vivência de situações discriminatórias dentro da universidade em uma teia de relações conflitivas faz surgir percepções sobre as próprias individualidades.

Estas individualidades passam a figurar como entidades legítimas em um contexto institucional, isto é, a Universidade, onde a produção individual é métrica central para a obtenção de benefícios materiais e simbólicos. A individuação é um processo pouco discutido no estatuto sociológico das identidades quilombolas, ora vistas como

mantenedoras da cultura tradicional, ora como agentes de resistência à opressão racial (Gomes, 2015; Amaral, 2008; Funes, 2009; Almeida, 2012). Se a individuação é enfatizada como posição linguística masculina que integra as narrativas desses sujeitos sobre si mesmos dentro de contextos institucionais (Butler, 2003, p. 52), tal processo deve ser enfatizado mediante a interação com outros grupos sociorraciais. O conteúdo das entrevistas indica uma *identificação quilombola* que nos possibilita narrar uma posicionalidade de um “eu diferenciado”, e não necessariamente um “eu isolado”. Esse “eu diferenciado” talvez seja a apresentação social da individuação como uma realidade ontológica articulada e não subsumida ao coletivo. Assim, “ser um quilombola” é estar atrelado a uma identificação externa, recorrentemente realizada em situações minimamente tensas que envolvem experiências de dificuldades e sofrimentos sociopsicológicos decorrentes da vida na universidade. No quadro abaixo (Quadro 1), trago nomes fictícios dos entrevistados e da comunidade de origem, com informações reais sobre o curso de graduação. Realizei as entrevistas entre outubro e novembro de 2017 e em abril e junho de 2018.

QUADRO 1: nome, curso e origem dos estudantes entrevistados em 2017/2018

Entrevistado (nome fictício)	Comunidade quilombola	Curso de graduação	Ano de ingresso
Carlos, 24 anos	Passagem	Biotecnologia	2015
Bruno, 20 anos	Piafú	Antropologia	2015
Paulo, 22 anos	Murumurutuba	Pedagogia	2016
Antônio, 23 anos	Bom Jardim	Letras	2016
João, 19 anos	Piafú	Direito	2016

Carlos parou de trabalhar para ingressar na universidade; declarou que “queria entrar na universidade de qualquer jeito”. Todavia, depois de mais de dois anos cursando Biotecnologia, afirmou que “não está gostando do curso”. Tentará, pela segunda vez, ingressar em outro curso. Disse também que o alto número de reprovações que tem em seu histórico decorre da incompatibilidade com o curso. Para ele, “a pior coisa que tem é você levantar todo dia e fazer o que você não gosta, você perde autoestima, olha pra ti e desconfia da tua força, de ser o homem da tua casa... Ser fraco na universidade e ter que ser forte na tua casa é uma coisa que é nova pra mim”. Carlos é um estudante cuja entrevista permite identificar uma “narrativa masculinista do eu” como uma modalidade discursiva que inscreve “ficções do eu para uma percepção multiposicional do ethos masculino negro” (Awkward, 2001: 190). Nessa modalidade narrativa, há constantes remissões a uma ontologia como um registro sociológico que se antecipa às filiações identitárias. Esse tipo de narrativa evidencia ligações complexas entre formações

discursivas sobre individualidades marcadas por uma *honradez masculina* diante de forças que ele não controla: ele é “fraco” na Universidade, mas é forte em sua casa. O “Eu” deste narrador não depende totalmente da identificação coletiva para existir socialmente, embora o “eu enunciado” apareça no interior da diferenciação na qual o “ser quilombola” é acionado por um reconhecimento ambivalente do racismo:

“(...) não posso dizer que têm situações que eu poderia viver aqui que lá eu não iria viver. Essa situação de racismo, preconceito e isso, de discriminação né, pode [sic] acontecer lá na comunidade e aqui [na universidade] também, mas lá eu ia receber apoio da maioria. Aqui [na universidade] eu recebo de poucas pessoas. Eu fico pensando nessa questão de o pessoal falar que não sou quilombola, que eu mudei de jeito, de pensamento, mas eu sei que tenho uma origem lá, entendeu? O que rola [sic] é que tem pessoal da comunidade, da minha família, que quer mandar no que eu faço, que é uma parte ruim [risos], mas tem o meu interesse, interesse da pessoa própria e de sua família né, de ser uma pessoa que estudou.

**Pesquisador:** *como assim? de que situação de preconceito você fala?*

Sim, tem cara, tu sabe que tem né? [risos] Não, é... Eu sei que tem essas bagunças com a cor da gente, mas meus colegas são muito de boa comigo, tipo, eu não sofro essa discriminação... É... Mas olha, eu tenho uma boa relação aqui, lá na sala, não sinto isso muito... (Carlos, 24 anos).

Para Carlos, xingamentos e tratamentos diferenciais são atos racistas, assim como as brincadeiras sobre bolsas de estudos como sendo o único motivo que o leva para a universidade. Para ele, ter uma relação muito boa com seus colegas de sala de aula é o que talvez evidencie a inexistência de uma experiência individual do racismo. Embora diga que a própria tia “tinha sofrido isso de racismo” na universidade, tanto os moradores da comunidade quilombola como os colegas da universidade podem ser *racialmente preconceituosos*. Para Carlos, “dividir homem e mulher é uma questão social”, “assim como o racismo” que para ele “quase todos os alunos quilombolas vivem isso aqui [na universidade]”. Carlos pontua que a relação entre as demandas coletivas da comunidade e a vida universitária não podem “controlar” as pessoas.<sup>4</sup> Para ele, as pessoas da comunidade, familiares e amigos também almejam ingressar na universidade, ao mesmo tempo em que pontua uma “expectativa” sobre êxito e sucesso :

Esperam que a gente dê um retorno pra comunidade, que tu volte pra trabalhar lá, ajudar a comunidade a melhorar, ser o homem da família, desenvolver os comunitários todos tem essa expectativa, tem essa reivindicação. Mas só que tu cria uma pressão, uma responsabilidade que tu recebe, que tu cria em cima da pessoa, porque de fato tu é minoria, mas isso não é pra tu ser controlado, sabe? Eles acabam criando uma expectativa pra gente que está aqui dentro, aqui dentro, eles acham que é mil maravilhas, que é tudo fácil, porque tu tá na cidade grande (Carlos, 24 anos).

Por sua vez, Bruno disse que frequentou as primeiras séries do ensino fundamental

---

<sup>4</sup> Sobre os riscos de reduzir debates sobre identidades à um princípio político moralista, tornando-as antecipações discursivas dos sujeitos, restringindo discursos críticos sobre tais identidades, de maneira a imputar códigos de comportamentos, ver: Judith Butler (1995: 439-447)

no sistema escolar multisseriado, que funcionava em um barracão. Depois de finalizar o ensino fundamental, foi para a cidade de Manaus e lá cursou o ensino médio. A história escolar de Bruno foi “cheia de dependências e reprovações”, cursou duas vezes a quinta série e duas vezes a sétima série. Para Bruno, viver situações de racismo na universidade é “revoltante”, pois deveria ser um lugar de respeito. Declarou que “o pessoal do Coletivo [de Estudantes quilombolas – CEQ] está apoiando para tentar achar uma solução, fazer uma denúncia sobre os casos [de racismo]”. Mas, segundo Bruno “o racismo é assim algo global, mas também é algo muito individual”. Disse que, ainda no ensino médio, viveu situações nas quais recebeu “muitos apelidos, xingamentos e por isso evitava ir para a aula”. Por esse motivo, Bruno afirmou que “tinha dificuldade de escrever [...], demorava muito para escrever e os professores não tinham paciência”.

[...] minha família é de religião de matriz africana. A gente sofre muitos ataques e eu recebia muita pancada por isso na escola, de também precisar negar, dizer que eu era católico pra não ser chamado de macumbeiro. Na universidade isso deve existir, aqui é lugar de respeito [...] é aqui que a gente vai conseguir objetivos pro nosso povo né [...] Mas é assim: eu falo tranquilamente sobre isso... Tem momentos que até converso sobre, depende de quem está perto, se é uma pessoa tranquila, senão não faço questão de falar sobre (Bruno, 20 anos).

Sobre o curso de graduação em Antropologia, Bruno declarou que estava “entendendo o curso”, descobrindo como ele poderá usá-lo no “mercado [de trabalho]” para conseguir um “emprego”. Mesmo que ele assinale que pessoas da universidade “dizem que é [um curso] bom”, disse que precisa “estar aprendendo coisas que nunca aprendeu”, vistas por ele como ensinamentos, habilidades e informações necessárias para cursar as disciplinas. Paulo, discente do curso de Pedagogia traz um relato sobre a política acadêmica na qual ele percebe ser necessário participar com prudência e, ao mesmo tempo, identifica uma “micropolítica identitária” que envolve tentativas de definir como cada estudantes negro e quilombola percebe a si mesmo dentro dessa política. Ele descreve o espaço acadêmico como um local de relações complexas, diferentes – e adversas – daquelas vividas nos territórios quilombolas, que compreende realidades tensas e conflitivas que desafiam modos de pensar sobre si mesmo:

Mas essa questão do respeito, tipo, na universidade, é diferente, na comunidade tem os mais velhos, aqui é o professor, que tem umas exigências que tem que respeitar também [risos] . Mas eu acho tem que ter o respeito, isso de tudo tem que ter o respeito, tem que ter uma uma missão de vida, uma profissão entendestes? Mas eu acho que aqui [na Universidade], às vezes é importante ficar em silêncio, não falar umas coisas que são erradas agora, porque, tipo, tu não consegue participar de pesquisa, de bolsa. .. Tem também o tratamento que tem que dar, ainda mais quando tu participas dos debates na sala de aula. É por isso que tô entendendo umas coisas aqui na universidade. Tipo, assim... Minha colega falou que eu não sou quilombola. Eu perguntei pra ela e ela disse que era por causa da minha cor: “você é branco, não é

quilombola, quilombola tem que ser negão!" [risos] . Aí eu disse que ser quilombola é gostar da tua origem, como ser homem de verdade é ter respeito pelas pessoas, brancos, quilombolas, mulheres, acima de tudo tem que ter respeito, mas isso aí, de quem é quilombola, quem não é, e tal, tem entre a gente, tem entre quem é de comunidades e fica também dizendo que fulano não é quilombola, que não pode ser representante... E tudo isso é desrespeito, é um tipo de preconceito também não é? Eu acho, é minha opinião...

**Pesquisador:** *você se sente desrespeitado por quê?*

Olha, eu sinto assim, que sim... Eu não sinto esse racismo, o racismo mesmo, que tem né? Mas não sinto tratado assim, não sinto que sou igual outros, é... Olha, por exemplo... Uma vez eu fui na casa de um colega, mas eu não me entrosei muito, era umas conversa de cidade [risos] , de carro, e tal, mas eu senti que era igual, e não era de lá, então não é desrespeito, mas é uma coisa de tratar a pessoa de um jeito que não é igual né, eu acho... (Paulo, 22 anos).

Para Paulo, a valorização de uma “origem identitária” e o respeito às outras pessoas são elementos que definem o “ser quilombola”, e não a identidade de cor. Por sua vez, João, estudante de Direito, narra sobre uma *posição lateral* no grupo de amigos com os quais não conseguiu se “entrosar” completamente, uma vez que suas conversas eram “de rico”. Automeando-se branco, João constrói oportunamente uma narrativa que destaca uma “origem cultural” para acionar sua identidade quilombola e não um “pertencimento racial”. Ao registrar alguns valores comunitários tidos como parte dessa origem cultural quilombola – respeito aos mais velhos, respeito aos pais, respeito às pessoas de sua comunidade –, João parece sugerir que as coisas que aprendeu são socialmente indiferentes, similares ou idênticas ao que seus colegas de universidade aprenderam, ao mesmo tempo em que parece apontar para um “novo” aprendizado político sobre o que “não pode” ser dito sobre pessoas, coisas, ideias, pensamentos e comportamentos. Carlos também aponta para aquela “micropolítica identitária”, indicada anteriormente no relato de Paulo como algo que envolve o interesse de pessoas em se identificar como quilombolas nos períodos do ano em que são lançados os editais dos Processos Seletivos Especiais Quilombola e Indígena (PSEQ e PSEI). Carlos descreve essa dinâmica micropolítica que envolve situações conflitivas na comunidade:

[...] existem pessoas que já terminaram o ensino médio e moram perto da comunidade e nunca participavam de nada da associação e querem se associar pra poder fazer a prova. O meu padrasto é presidente da comunidade e já chegaram com ele pra perguntar: “Ah, tem mesmo vantagem, ganha bolsa mesmo pra estudar?” Cara, como é que alguém pergunta uma coisa dessas? Tem gente que nem mora próximo da comunidade que já tentou se associar só pra poder fazer esse processo seletivo. Mas aí a comunidade criou uma regra de que tem que estar pelo menos 6 meses associado antes da prova ser feita... A associação fez isso, pra evitar esse tipo de coisa, tem que participar das reuniões porque aconteceu isso que não era associado e 15 dias antes da prova teve gente que se associou. E tem muito jovem e pessoas que querem fazer a prova... Mas o problema é que não queriam ser quilombola e agora quer ser... Está enfiando o rabo entre as pernas e está se associando (Carlos, 24 anos).

Paula fala sobre esta “micropolítica identitária” que envolve a identificação interessada de pessoas da região como quilombolas como algo que está diretamente associada ao acesso à universidade e bolsas de estudos. Portanto, talvez a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) esteja atuando como um vetor no cálculo político que envolve a identificação étnico-racial entre os estudantes quilombolas em associação com a possibilidade de obtenção de alguma estabilidade material temporária para a realização das atividades universitárias e para a conclusão dos cursos de graduação, também vistos como um canal para obtenção de bens e recursos profissionais e financeiros futuros.

João, no trecho de entrevista abaixo, declarou que sempre realizou as tarefas de cuidado da casa, “tinha que fazer”; para ele, “[...] enquanto homem, foi muito louco perceber como se davam as divisões das tarefas. Varrer a casa, lavar a louça e cozinhar é coisa de homem e de mulher para minha mãe, que sempre ensinou a fazer”. Para João, “essas divisões [entre trabalho de mulher e trabalho de homem] podem influenciar no discurso de hoje, nos espaços da mulher, de se um homem pode desconstruir o machismo mesmo”. Um dos pontos intrigantes trazidos no relato de João pode residir na seguinte frase: “deixar uma mulher falhar é muito mais difícil do que deixar um homem falhar na vida, só que eu vejo isso mais na comunidade do que na universidade”. Para João, estar na universidade é viver maneiras de repensar percepções individuais sobre a própria identidade coletiva, talvez experimentando um eu identitário que se encontra na competição interna dentro da instituição pelos recursos materiais disponíveis:

A gente vive um processo de desconstrução na universidade né e aí, e durante isso né, a gente faz muita cagada [risos]. Tipo, coisas simples, por exemplo, tu vai comprar um lanche, aí atrasa e quem tá atendendo é uma mulher e a gente é super ignorante, mas se é um homem tu já conversa, até dá força. Então na comunidade, no ônibus, nas festas, tem essas diferenças para as mulheres... Não tirando o meu da reta, mas eu hoje evito muita coisa pra falar e fazer por não saber o que falar e fazer sobre essa questão do feminismo, do direito das mulheres, essas questões aí... (João, 19 anos ).

Sobre os casos de racismo existentes na universidade, Bruno, aluno de Antropologia, mostra-se categórico: “eu penso logo no aspecto jurídico, iria logo tentar denunciar”. Para ele, existe na universidade, tanto nas ações de colegas como de professores, a possibilidade de surgir o que ele chama de “racismo disfarçado”. Ele se sente incomodado com a tentativa de algumas pessoas de dizer “ah é uma brincadeira, é uma coisa de humor” quando fazem piadas racistas, quando emitem opiniões racistas. Bruno relatou que mesmo quando recebeu um elogio de uma professora, dentro da universidade, o racismo não deixou de estar presente. Segundo ele, uma professora lhe disse: “você é quilombola, bonito desse jeito!”. Ele continuou, e ainda explicou que



episódios similares ocorreram outras vezes, “(...) e eu não tive muito o que fazer, baixei a cabeça. Mas se fosse hoje eu falaria alguma coisa”. Bruno fala criticamente sobre a própria comunidade e sobre suas origens culturais e, ao mesmo tempo, discorre sobre certos registros acerca dessa origem que não dispensam algumas incertezas acerca da comunalidade que envolve esta origem:

A minha comunidade teve muitas conquistas, que envolve a história, a fé, religião, coisas que são da nossa vida, da vidas dos avôs, dos pais, mas é na UFOPA que eu percebi essa parte do interesse da pessoa própria e de sua família que são diferentes, que a pessoa quer uma coisa que não bate com o que a família quer, tipo um objetivo de trabalhar no mercado e não na agricultura... A pessoa acha que é a partir disso que vem ser o que é quilombola, mas tem outras coisas que faz parte. Isso é algo novo, território, tudo mais. Ah, tem pessoas lá que falam: “Ah, tudo bem, sou negro, sou descendente”. Mas o que é ser quilombola? É ter essa origem em uma terra, uma identidade, mas ser quilombola sem a terra é também ser quilombola, mesmo assim existem dúvidas, eu tenho dúvidas, e as pessoas tem né? (Bruno, 20 anos).

Esse sentimento de identificação expresso por Bruno, que não se fecha no território e no corpo, que não justapõe mecanicamente a consciência, a posição e o lugar (Gilroy, 2007, p. 151), parece ser um elemento presente em seu relato, mesmo que como um elemento de tensão, de “dúvida”. Outro ponto de tensão, mas agora no relato de Antônio, reside na constatação de que na comunidade de origem existem dificuldades em discutir um problema visto por ele como central: o racismo. Embora os quilombolas mais jovens, alguns deles estudantes do ensino médio, tentem organizar atividades que discutam o racismo e os problemas relacionados com grilagem de terras, o formato mesa-redonda ou palestra usado para fazer essa discussão não agrada aos comunitários:

O que não tem na nossa comunidade é discutir racismo. O pessoal até tentou fazer isso na [semana da] consciência negra, mas o pessoal quer é dançar, bater tambor, fazer homenagem à santa, que é bom, mas... Pelo que eu entendi nas conversas, de tentar levar coisa pra nossa comunidade, coisas que acontecem na universidade, na nossa última tentativa, foi bem difícil... O pessoal gritava: “oh, você tá demorando muito, aqui na sala de aula, cadê o tambor, cadê a comida, vamo começar a dançar”. Então discutir o racismo vai ser bem né, um ato raro de se entrar, de fazer. Além disso tem a questão da representatividade. Em qualquer lugar que tu vai se apresentar, por exemplo, tu se apresentar publicamente, nas rodas de conversas, pros amigos, pra tu tentar ter o empoderamento, ainda não consegui muita coisa sobre isso, de ser quilombola de pele clara, quero conseguir ler coisas sobre isso, de ser um quilombola de pele clara. E aí tu vê que educação é uma coisa que a comunidade quer, mas não quer o trabalho de estudar, de ler, de participar de projetos, é meio complicado (...) (Antônio, 23 anos).

Antônio faz um registro que apareceu também na fala de Carlos e que nos remete às discussões sobre uma suposta “ilegitimidade identitária” ou “inautenticidade étnico-racial” atribuída aos “quilombolas não negros” por estudantes “quilombolas negros” e estudantes brancos. Também é a partir da tonalidade da pele, tipo de cabelo e traços

faciais que uma “micropolítica de identificação racial”, construída dentro de um gradiente de cor que varia do mais claro ao mais escuro, se faz presente entre os estudantes quilombolas. Mesmo que Antônio afirme, controversamente, que em sua sala de aula não sofra “discriminação”, embora afirme que “essa situação de preconceito pode acontecer lá na comunidade”, é na universidade que vivencia as brincadeiras sobre o auxílio permanência que é parte desta micropolítica de identificação e parece ser parte da jocosidade que inscreve as identidades raciais dentro da sala de aula:

(..) Na época [2014] o pessoal sabia que eu era quilombola e tal... Os colegas sabem que eu sou, beleza, e assim: tem professores que não sabem, não sei se os colegas tem que se apresentar, mas na minha sala não tem que se apresentar todo semestre pros [sic] professores... Eu nunca escondi, e por isso eu nunca vivi essa situação, mas é normal... Tem professor que diz: “olha, pra mim todo mundo é igual, não tem essa de diferença!”, mas tem umas brincadeiras de colegas que dizem na frente do professor: “como é que eu faço pra ganhar uma bolsa dessa?” né? E aí eu fico pensando sabe, para quê a universidade né? Se essas coisas rolam e nada é feito pras pessoas parar de fazer isso? (Antônio, 23 anos).

Antonio também declara que, como homem, não permitiria ser alvo de racismo. Ele afirma que enfrentaria “qualquer um” que o tratasse de modo discriminatório ou preconceituoso. Para Antônio, agir de maneira reativa (“explodir”) é algo “natural”. Ele, talvez por ser um homem, “enfrentaria qualquer um”. Ele, por ser um homem, não teria paciência e se revoltaria contra o Racismo:

Por exemplo, a minha tia, eu sabia que ela já tinha sofrido isso de racismo [sic] há muito tempo, quando ela entrou na universidade... Ela é muito difícil de comunicação cara, muito difícil mesmo. “Eu acho que a senhora tem que falar com o Coletivo”... Mas ela não falou e isso ficou se agravando e tem um cara que pega no pé dela... Ela diz que toda a turma dela está contra ela e todo mundo está contra ela. Acho que ela se acomodou muito e está pensando em parar de estudar. Cara, eu sou homem né, não teria esse estômago para enfrentar isso que minha tia enfrenta... É por isso que eu acho que ela é forte pra aguentar isso tudo, ou é muito fraca pra não ter atitude pra fazer alguma coisa... Eu já teria explodido, que é uma reação natural, enfrentaria qualquer um... Aguentar gracinha? Eu já teria me irritado ( Antônio, 23 anos).

João, aluno de Direito, que estudou em uma das escolares particulares mais tradicionais de Santarém como bolsista, e que é contestado ocasionalmente por ter feito o processo seletivo especial, parece suscitar algumas dúvidas, a partir da própria trajetória individual, sobre a possibilidade de reivindicar uma identidade quilombola, uma vez que nunca viveu na comunidade:

A princípio [sic] eu não entendia muito o que é ser quilombola... Eu sempre ia visitar minha avó, meus tios, minha tia, mas eu nunca fui participar das reuniões, saber dos movimentos, dessa parte da cultura que tem lá na comunidade e eu sei que as pessoas comentam que não era pra eu fazer o PSE, mas eu tenho direito por que

minha família toda mora lá, eu vim morar em Santarém porque meu pai é professor aqui, minha mãe é de lá, nasceu lá, mas casou e veio com meu pai pra cá. Então assim, nossa vida não é fácil mas tive melhores condições que meus primos, por exemplo (...)

**Pesquisador:** *sobre as contestações sobre a questão do PSE, o que pensas?*

Olha, eu não ligo, porque minha mãe é de lá, minha família toda, então eu sou porque é a minha origem, vou lá desde criança... Enfim, minha minha tia sempre dizia pra mim: “olha, tua mãe é daqui, teu pai não é daqui, mas vivia aqui antes de ir pra Santarém, então vocês sempre estão por aqui, tem a nossa origem, nosso sangue, então tu mereces ser da comunidade (João, 19 anos).

Essas reflexões apontam para a existência de experiências sociais que envolvem o racismo dentro da universidade vivido por estudantes negros e quilombolas e, simultaneamente, apontam para a presença de uma “micropolítica de identificação étnico-racial” que apresenta um caráter colorista entre os estudantes.<sup>5</sup> Circulam, dentro e fora dos grupos de estudantes quilombolas, critérios de identificação étnico-raciais baseados em valores de autenticidade racial, que informam a definição de quem é ou não é “negro e quilombola” e quem é “apenas quilombola”. Tais mudanças não são interpretadas como perda de alguma “pureza identitária”, mas como possibilidade de obtenção de recursos acadêmicos e matérias na universidade e de futura inserção no mercado de trabalho urbano. Essa “política de identidades” se insere nas dinâmicas de atribuição de prestígio entre os estudantes quilombolas cujo objetivo é o de construir capital simbólico.

Nessa política de identidades, ser o homem responsável pela família passa a se articular com um outro lugar: ser aquele que tem uma “profissão” na família, ser aquele que é “acadêmico”; talvez esses lugares sejam informados pela imagem de “provedor” e de “homem da família”, aquele que saiu da comunidade e ingressou na universidade. Um lugar tradicional patriarcal reservado a muitos homens negros oriundos de comunidades quilombolas situadas em contextos rurais, verificável no exercício de funções de lideranças políticas comunitárias, talvez se recoloca dentro do sistema de relações comunitárias, articulando para isso o prestígio e as possibilidades de circulação e inserção socioeconômica que a universidade pode viabilizar aos estudantes quilombolas. O jovem negro homem responsável que antes retirava do trabalho agrícola e pescador sua fonte material de poder para o exercício de sua chefia de família, talvez agora, almeje esse poder com a formação em Direito, Economia, Pedagogia, Farmácia, Agronomia, etc.

## **Bibliografia:**

AWKWARD, Michael. 2001. A Black Man's Place in Black Feminist Criticism. Traps:

---

<sup>5</sup> Colorismo é uma prática política usada para construir critérios de identificação racial baseados em ideias de autenticidade racial a partir da tonalidade da pele e outros elementos corporais e sócio-políticos e econômicos. Ver: Margaret Hunter (2007).

African American Men on Gender and Sexuality. (orgs.) BYRD, Rudolph & GUY-SHEFTALL, Beverly. Indiana University Press, pp. 223-235.

BUTLER, Judith. Collected and Fractured: response to Identities. In: APPIAH, Kwame; GATES Jr, Henry. (org.) Identities. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1995

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 418, jan-abr, 2017.

GATES Jr. Henry Louis. 2001. Thirteen Ways of Looking at a Black Man. Traps: African American Men on Gender and Sexuality. (orgs.) BYRD, Rudolph & GUY-SHEFTALL, Beverly. Indiana University Press, pp. 223-235.

GRAY, Herman. Black Masculinity And Visual Culture. Callalo, vol. 18, n. 2, (Spring), p. 401-405, 1995.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. 10º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

hooks, bell. We Real Cool: black man and masculinity. New York: Routledge, 2004.

HUNTER, Margaret. The persistent problem of Colorism: skin tone, status, and inequality

IKARD, David. 2002. "Love Jones: A Black Male Feminist Critique of Chester Himes's If He Hollers Let Him Go". African American Review, vol. 36, n. 2.

JACKSON, Ronald & DANGERFIELD, Celnisha. Defining Black Masculinity as cultural property: toward an identity negotiation paradigm. In: Jackson RLII (ed.) African American Communication and Identities. Thousand Oaks, CA: SAGE,197–208, 2004.

LAYMON, Kiese. How to slowly kill yourself and others in America. Chicago: Bolden, 2013.

SCOOT, Joan. Prefácio à Gender and Politics of History. Cadernos Pagu, n. 3, pp. 11-27, 1994.

RIBEIRO, Alan; FAUSTINO, Deivison. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. Revista Transversos, v. 2, p. 165/10-182, 2017.

RIBEIRO, Alan. Masculinidades, Raça e Classe: trajetórias sociais e desempenho acadêmico de estudantes quilombolas. Santarém, Relatório de Pesquisa, Vol. 1, 2017-2019 (Proppit-UFOPA).

WEST, Cornel. Questão de Raça. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. Keeping Faith: Philosophy and Race in America. New York, Routledge, 1993.